

## “Nossa Vigilância é a sua Segurança”: A cooperação CENIMAR e DOPS/MG

**Luiz Fernando F. Ramos<sup>1</sup>**

*Como acredito que na união de nossos esforços reside a grande arma de ação em favor da segurança e desenvolvimento de nosso país. Coloco-me à disposição de V.Sa. , esperando contar com a valiosa colaboração desse órgão de segurança.*

Joaquim Januário de Araújo Coutinho Netto. Contra-Almirante – diretor do CENIMAR. Em carta de comunicação de posse dirigida ao chefe do DOPS/MG, 12 de maio de 1971.

**Resumo:** Este artigo procura discutir um aspecto ainda pouco conhecido da ação repressiva da ditadura militar brasileira, que é cooperação entre os órgãos repressivos que compunham a autodenominada Comunidade de Informações e Segurança Interna, mais especificamente a relação entre o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (DOPS/MG). A hipótese levantada é que a articulação entre os diferentes centros repressivos da ditadura foi fundamental para a neutralização e desarticulação das organizações clandestinas de esquerda.

**Palavras chave:** Comunidade de Informações, ação repressiva, ditadura.

Um dos temas mais controversos da história da ditadura civil-militar que governou o Brasil entre 1964 e 1985 é, sem dúvida, a denominada Comunidade de Informações<sup>2</sup>. A CI foi responsável em grande medida pelas arbitrariedades do regime, que envolveram prisões extrajudiciais, espionagem ilegal, torturas, assassinatos, desaparecimentos forçados de pessoas e outras formas de medidas coercitivas e que estigmatizaram as forças de segurança, responsáveis diretas pela ação repressiva do regime.

---

<sup>1</sup> Especialista em história e culturas políticas, Universidade Federal de Minas Gerais. [fernandoramoshist@gmail.com](mailto:fernandoramoshist@gmail.com)

<sup>2</sup> Segundo Carlos Fico, “a expressão ‘comunidade de informações’ – que acabou assumindo conotação pejorativa na imprensa e mesmo entre oficiais não integrantes da linha dura – era oficialmente usada”. O que pode ser comprovado em vários documentos. FICO, Carlos. *Como eles agiam, os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. 2001: p.93.

Boa parte do conhecimento sobre a articulação entre os diversos órgãos e centros repressivos que compunham a Comunidade de Informações e segurança interna se deve à abertura dos arquivos dos Departamentos de Ordem Política e Social nos estados, conhecidos pela sigla DOPS. Durante boa parte do período republicano os DOPS foram responsáveis pelo policiamento da sociedade, procurando controlar e neutralizar os elementos tidos como “subversivos<sup>3</sup>” à ordem interna, anarquistas, comunistas, principalmente estes últimos.

Para efeito deste artigo tomaremos como objeto de análise um estudo de caso, a saber: a articulação entre o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR) e o DOPS de Minas Gerais, em especial a colaboração na vigilância e perseguição às organizações revolucionárias de esquerda e, aos suspeitos de pertencerem a tais grupos.

Com a intenção de alcançarmos o nosso objetivo utilizaremos como principais fontes a documentação do acervo do DOPS/MG que se encontra sob a guarda do Arquivo Público Mineiro (APM) <sup>4</sup>. Para completar esta documentação e fundamentar esta discussão histórica utilizaremos basicamente a bibliografia produzida sobre a ação repressiva do regime militar, além de um documento tratando dos redimensionamentos do CENIMAR disponível no site do Senado Federal.

Ainda devemos destacar que esta temática está inserida no que conhecemos como história do tempo presente<sup>5</sup>. Desta forma é possível compreender a

---

<sup>3</sup> Entendemos que o termo **subversivo** empregado pelos agentes das forças de segurança civis e militares conservadores, tem conotação pejorativa, pois, aplicava-se em todos que manifestava alguma discordância do regime independente de oposição armada. Embora entendamos que tais grupos são subversivos no sentido de que desejavam subverter o *status quo* vigente. Por isso utilizaremos o termo entre aspas.

<sup>4</sup> O acervo é composto de dossiês sobre organizações de esquerda e o movimento estudantil, Inquéritos Policiais Militares, pedidos de busca e apreensão, termos de declarações de presos políticos, pedidos de antecedentes político-sociais de suspeitos de atividades “subversivas” e, também documentos oriundos dos centros de informações militares que comprovam tal colaboração.

<sup>5</sup> Para a história do tempo presente ver: CHAUVEAU, Agnès e TÉTART, Philippe (Orgs). *Questões para a história do presente*.

dimensão do processo repressivo a que a sociedade foi submetida, já que os formuladores da política de segurança da ditadura colocaram a sociedade nas exigências de uma guerra interna, física e psicológica, onde a lógica da suspeição pautava a margem de ação dos agentes encarregados da contenção dos movimentos e pessoas consideradas “subversivas”. Não foram raras, portanto, as trocas de acusações entre os lados envolvidos nesse passado recente, sobretudo no que diz respeito às disputas de memória em torno de colocar sua versão dos fatos<sup>6</sup>, tanto por quem foi próximo ao regime como por quem foi vítima da ação repressiva do mesmo.

### **Polícia e Forças Armadas no combate às organizações guerrilheiras**

A entrada oficial das Forças Armadas no combate às organizações revolucionárias de esquerda começou a ser ensaiada em meados de 1968, a partir da edição do Ato Institucional número cinco (AI-5) em dezembro, e do redimensionamento do CENIMAR, no mesmo ano. Com o crescimento das ações da guerrilha urbana, no ano seguinte, foi emitido um decreto que subordinou as polícias militares estaduais ao Exército, um ano depois esta medida foi reforçada com o Decreto nº 66.862 de oito de julho de 1970 que aprovou “o Regulamento para as polícias militares e corpos de bombeiros”<sup>7</sup>. A partir de então teve início uma política voltada especificamente para a repressão aos inimigos internos do regime.

No segundo semestre de 1970 os generais Emílio Garrastazu Médici e Orlando Geisel, juntamente com uma comissão formada por membros destacados do governo, formularam o que ficou conhecido como as *Diretrizes Especiais de Segurança Interna*, que tinham como objetivo estabelecer mecanismos de contenção das ações das organizações armadas de esquerda. Foi então criado o Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN), e seus órgãos subordinados; o Centro de Operações de Defesa Interna (CODI), de caráter

---

<sup>6</sup> Por exemplo, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra ex-chefe do DOI/SP, possui dois livros sobre a repressão política, é evidente que se trata de sua versão dos fatos: *Rompendo o silêncio* e *A verdade sufocada*. Ustra foi o primeiro oficial militar brasileiro condenado em uma ação declaratória da justiça paulista por tortura e seqüestro.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=197250>. Em 18-11-2008.

normativo, responsável pela coordenação e planejamento das medidas repressivas, e o Destacamento de Operações de Informações (DOI) ao qual foi atribuída a execução das medidas repressivas. Esse sistema repressivo, que conjugava esforços entre polícia e Forças Armadas, ficaria conhecido pela sigla DOI-CODI. Integravam esse sistema repressivo, as polícias estaduais, o Exército, a Marinha e a Força Aérea. A centralização e o comando das ações de repressão política ficaram a cargo do Exército. Buscava-se deste modo centralizar a atividade de repressão e policiamento político. A inspiração para construção desse modelo de central repressiva veio de São Paulo, da conhecidíssima Operação Bandeirante<sup>8</sup>.

A exposição de motivos por parte das autoridades militares para a entrada das forças armadas no combate às organizações de esquerda destacava que as polícias estaduais, e até mesmo as forças armadas, não estavam suficiente preparadas para enfrentar a “escalada subversiva”. De acordo com militares que serviram na área de segurança, a ação das organizações revolucionárias de esquerda abrangia todo o país, e as forças policiais dos estados estavam circunscritas às suas respectivas esferas político-jurídicas e não havia uma Polícia Federal suficientemente estruturada<sup>9</sup>. O general Jaime Portella de Mello, chefe do Gabinete Militar de Costa e Silva (1967-1969) argumentava na mesma linha: “os organismos policiais nas áreas estaduais mostram-se despreparados e insuficientes. A falta de coordenação e de uma ação maciça de repressão à onda de violência parece constituir o principal fator de êxito do plano subversivo<sup>10</sup>”. O ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) general Carlos Alberto da Fontoura, acreditava ainda que nem as forças armadas nem as polícias estavam preparadas para enfrentar as organizações subversivas: “as forças armadas, tanto quanto a polícia, não tinha qualquer

---

<sup>8</sup> A Operação Bandeirantes (OBAN) foi criada em 1969 por iniciativa do Comando do II Exército e contou com a colaboração do Governo do Estado de São Paulo e empresários locais. Ver: FICO, Carlos. *Como eles agiam*: 2001: p.115-135.

<sup>9</sup> Ver o depoimento do general Adyr Fiúza de Castro em: D'ARAÚJO, Maria Celina e outros. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*.

<sup>10</sup> Veja, 19 de fevereiro de 1969, p.16.

preparo para combater a guerra de guerrilhas (...) tanto é que levou muito tempo para acabar com a guerrilha.”<sup>11</sup>

Sendo assim, com a criação do SISSEGIN, Forças Armadas e polícia unificaram esforços para enfrentar a ameaça “subversiva”. Com relação às polícias estaduais, sobretudo o DOPS, passaram a integrar o sistema, fornecendo recursos e emprestando seus agentes. Em Belo Horizonte, com a implementação do sistema DOI-CODI em 1971, a estrutura repressiva se organizava da seguinte forma: Uma seção de informações e uma de operações, ambas comandadas por oficiais do 12º Regimento de Infantaria, compostas de três equipes de busca, uma do DOPS, uma da Polícia Militar e outra do Exército. As três equipes subordinavam-se à seção de operações do CODI/BH<sup>12</sup>; produzia-se então uma espécie de policialização das Forças Armadas, juntando informações, operações, carceragem e serviços jurídicos<sup>13</sup>. Com relação à polícia mineira, desde 1922 havia um *Gabinete de Investigações e Capturas*, ao qual estava atribuída a repressão às desordens sociais decorrentes do perigo suscitado pela influência de ideologias “subversivas” como o anarquismo e o comunismo. Em 1927, esse gabinete foi substituído pelo *Serviço de Investigações* que, melhor estruturado, era formado pelo corpo de segurança e diversas delegacias, entre elas, a *Delegacia de Segurança Pessoal e Ordem Política e Social* que deram origem ao DOPS<sup>14</sup>. Não pretendemos aprofundar a discussão sobre a construção do DOPS/MG, ou impacto das ações do sistema DOI-CODI na capital mineira; qualquer uma dessas discussões exigiria um artigo à parte. Conforme indica nosso título, abordaremos a colaboração entre o DOPS mineiro e o serviço de informações naval. O organograma abaixo reproduz a organização do sistema repressivo em Minas Gerais.

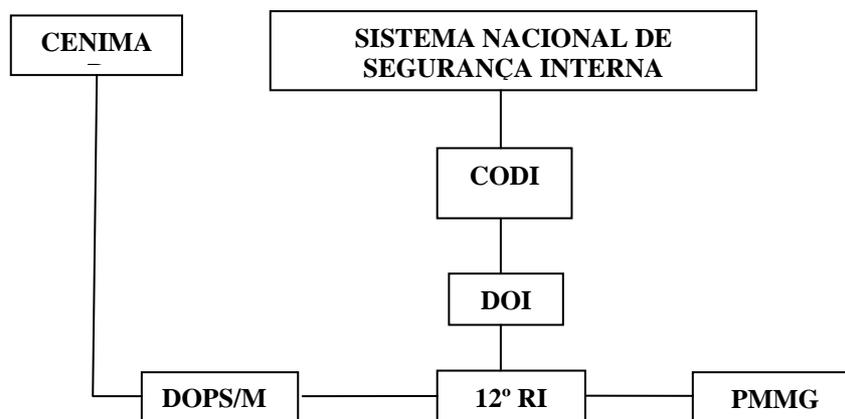
---

<sup>11</sup> D'ARAUJO, Maria Celina. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*, 1994: p.84.

<sup>12</sup> Com base no estatuto do CODI/BH de 21 -01-1971. APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4002, Imagens 139-145.

<sup>13</sup> GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*, 2002: p.180.

<sup>14</sup> ASSUNÇÃO, Rosângela Pereira de. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político (1935-1964)*. 2006: P.32.



Diversos autores apontam que houve tensões entre militares e policiais, principalmente no diz respeito à polícia paulista, a OBAN e o DOI. Militares lotados nestes órgãos por diversas vezes acusaram policiais de corruptos, incompetentes, desonestos e preguiçosos. Os policiais por sua vez chegaram a dizer que “os milicos são grossos e sem nenhuma responsabilidade política<sup>15</sup>”, além de inexperientes. Em São Paulo, nos primeiros momentos da luta “anti-subversiva” chegou haver certa competição entre o DOPS e a OBAN, a ponto do comandante deste último órgão, o major Waldyr Coelho e o delegado Sérgio Paranhos Fleury se desentenderem<sup>16</sup>.

Em muitos casos, a colaboração entre os diferentes centros de repressão política dependeu do bom relacionamento entre os comandantes, conforme aponta Antunes<sup>17</sup>. Entre os militares lotados na área de segurança e informações do regime, existem diferentes opiniões em torno desta cooperação. Segundo o brigadeiro João Paulo Burnier, chefe do Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica (CISA), essa competição não existia: “os contatos eram muito diretos e havia confiança entre nós, (...) havia

<sup>15</sup> FICO. *Como eles agiam, os subterrâneos da ditadura militar*, 2001: p.130.

<sup>16</sup> Para este episódio ver GASPARI. *A Ditadura Escancarada*, 2002: p.177-187.

<sup>17</sup> Para a relação entre os diferentes órgãos de informações e a competição entre os mesmos e o relacionamento entre os comandantes, ver: ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *ABIN & SNI: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. P.76-98.

honestidade de propósitos, então não existia competição<sup>18</sup>”. Para o vice-comandante do Centro de Informações do Exército (CIE), general Coelho Neto, “nunca houve choque entre eles<sup>19</sup>”.

Entretanto, na mesma série de entrevistas dadas pelos militares aos pesquisadores do CPDOC-FGV, encontramos opiniões divergentes, como a do ex-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes que afirma que “sempre há competição entre os órgãos de informações<sup>20</sup>”. Entre os militares que serviram nesta área é comum a expressão “bater cabeça”, isto é, a ocorrência de desentendimento entre os respectivos órgãos da Comunidade de Informações. O general Fiúza de Castro, ex- chefe do CIE, narra um episódio que ocorreu durante o seqüestro do embaixador norte-americano por um comando conjunto da ALN e MR-8, em 1969. Agentes do CIE haviam localizado o suposto cativeiro onde estaria embaixador, porém uma equipe do CENIMAR já estava no local. Apesar do seu bom relacionamento com o chefe do órgão de informações naval, o almirante Teixeira de Freitas, Fiúza de Castro teve de consultar o ministro do Exército, Lyra Tavares, na tentativa de buscar um acordo ou entrar em contato com o ministro da Marinha, “senão eles iam se pegar por lá<sup>21</sup>”. A operação acabou sendo deixada com o CENIMAR, que no máximo deve ter feito a vigilância do local, pois o embaixador, como se sabe, foi libertado em troca de quinze presos políticos.

O relacionamento entre os órgãos que compunham a Comunidade de Informações e segurança interna, em alguns casos acabou sendo problemático, e em outros, houve uma intensa cooperação.

As medidas de segurança interna, tomadas entre 1969 e 1970, e o estabelecimento do SISSEGIN, propiciaram um relacionamento próximo entre as forças coercitivas do regime militar. Essa coordenação ficou, conforme mostramos, a cargo do Exército, porém, conforme mostra Antunes, a direção das ações se dava no nível dos Estado-maiores. O CENIMAR e o CISA, por

---

<sup>18</sup> João Paulo Moreira Burnier in: D'ARAUJO, *Os anos de chumbo*. 1994: p.199.

<sup>19</sup> José Luiz Coelho Neto. Idem, 1994: p.234.

<sup>20</sup> Ivan de Souza Mendes in: D'ARAUJO, *A volta aos quartéis*. 1995: p.170.

<sup>21</sup> Fiúza de Castro In: D'ARAUJO, 1994: p.53-54.

serem centros subordinados aos respectivos ministérios, formalmente estavam acima do SISSEGIN. Para uma coordenação de alto nível – CIE, CISA e CENIMAR – “seria necessário um superórgão para isso, porque essa coordenação descontentava os mais altos escalões”<sup>22</sup>.

A criação de um Sistema Nacional de Segurança Interna e o redimensionamento de outros centros de informações com objetivo tácito de unificar esforços entre os diferentes centros coercitivos contra as guerrilhas urbanas acabou, no entanto, criando um arcabouço burocrático que em alguns momentos subvertiam a hierarquia militar, causando certo desconforto entre os comandantes militares.

O arcabouço burocrático criado acabou conjurando alianças que em alguns casos ultrapassavam a capacidade de coordenação dentro deste sistema, gerando uma grande margem de autonomia dos diversos centros repressivos que compunham a Comunidade de Informações. A colaboração entre os mesmos se dava de acordo com os interesses de cada ministério ou dos próprios órgãos, no caso do CISA e do CENIMAR<sup>23</sup>.

Quanto ao CENIMAR, de acordo com a documentação que encontramos no APM, sabemos que tinha ligação com os DOPS estaduais desde o período anterior ao golpe de 1964; neste momento os contatos se davam por meio de trocas de informações. Em São Paulo, por exemplo, o delegado do DOPS paulista, Sergio Fleury, conduziu as investigações que levaram à morte de Marighella com auxílio do CENIMAR<sup>24</sup>. A cooperação entre o DOPS/MG e o CENIMAR será discutida mais à frente. Agora discutiremos as mudanças doutrinárias dentro do centro.

---

<sup>22</sup> Fiúza de Castro. Idem. 1994: p.79.

<sup>23</sup> Para a colaboração entre os centros de informações, a capacidade de articulação entre os mesmos e margem de autonomia que em alguns casos escapavam a hierarquia e ao controle dos comandantes, bem como o surgimento de comandos paralelos e as alianças com policiais, ver respectivamente: ANTUNES, *SNI & ABIN*. 2002: p.79-98, FICO. *Como eles agiam*, 2001: p.71-143, GASPARI. *A Ditadura Escancarada*, 2002: p.175-179.

<sup>24</sup> Para este episódio ver GASPARI. *A Ditadura Escancarada*, 2002: p.179.

## O redimensionamento do CENIMAR

Das três Forças Armadas, a Marinha foi a primeira a constituir um órgão voltado para a área de informações. Em 20 de novembro de 1947 foi criado o Serviço Secreto da Marinha (SSM), porém este serviço só seria regulamentado oito anos mais tarde, em 1955 com alteração do nome, rebatizado de Serviço de Informações da Marinha (SIM). Dois anos depois, mais uma alteração: de acordo com o decreto nº 42.688 de 21 de novembro de 1957, passa a chamar-se CENIMAR, ficando subordinado ao Estado-Maior da Armada. No artigo 1º fica estabelecido que: “tem por finalidade a obtenção de informações de interesse da Marinha do Brasil, na conformidade dos planos, de acordo com o Estado-Maior da Armada<sup>25</sup>”. Durante o regime militar, o CENIMAR ficaria famoso devido a sua capacidade operacional e eficiência, o que, de alguma forma, fez com que se criassem alguns mitos em torno do órgão, sobretudo pelo ar de mistério que gerava até mesmo entre outros setores da Comunidade de Informações.

O regulamento no artigo 3º, estabeleceu que o CENIMAR ficaria organizado da seguinte forma: Seção de Busca de Informações, Seção de Seleção de Informações, Seção de Registro de Informações e uma Seção de Serviços Gerais. Com relação aos quadros de pessoal, o artigo 5º estabelecia que o diretor fosse um capitão-de-mar-e-guerra, o vice-diretor um capitão-de-fragata, três encarregados de divisão seriam capitães-de-corveta, além de um número não determinado de oficiais e praças que fosse necessário conforme especificado no regulamento<sup>26</sup>. O organograma abaixo reproduz a organização interna do CENIMAR.

Quando foi criado, o CENIMAR era um centro adjunto ao Estado-Maior da Armada (EMA). Pouco tempo depois foi desmembrado do EMA, mas continuou a ele subordinado. Sua operacionalização girava em torno de questões como o

---

<sup>25</sup> Decreto nº 42.688 de 21 de novembro de 1957, disponível em: <<http://www.senado.gov.br/Legislacao/Listapublicacoes?action?id=172722>>. Acesso em 18-08-2008.

<sup>26</sup> Idem, Decreto nº 42.688 de 21 de novembro de 1957.

“controle de fronteiras marítimas e preocupação com o pessoal da corporação<sup>27</sup>”. O CENIMAR foi caracterizado como a seção mais fechada do sistema de informações. Ainda hoje prevalece um mito em torno do CENIMAR, o de que era o mais eficiente órgão de informações militar, mito este reforçado até mesmo por agentes de outras forças que também fizeram parte da Comunidade de Informações, conforme o general Fiúza de Castro: “Não conheço o funcionamento do CENIMAR. Mas sei que é muito bom, porque seu produto de informações é sempre muito bom. Os maiores especialistas em Partido Comunista Brasileiro que existiam no meu tempo eram do CENIMAR”.

28

De fato, o CENIMAR era considerado o serviço de informações mais fechado que havia naquela época. Isto não quer dizer, no entanto, que o mito de tal eficiência se deve a este fato: no acervo do DOPS/MG sob a guarda do APM, encontramos documentos anteriores ao golpe de 1964 onde encontramos pedidos de confirmação de informes e pedidos de busca. A alegada eficiência se dá pela antiguidade do centro em relação aos outros e pela experiência na área de informações, onde já haveria uma cultura consolidada e toda uma rede. Informações precisas sobre o *modus operandi* do CENIMAR são raras, tanto é que na série de entrevistas feitas pelos pesquisadores do CPDOC-FGV não há ninguém da Marinha.

Ainda com relação a tal eficiência em comparação a outros segmentos da Comunidade de Informações, o CENIMAR possuía o maior acervo sobre organizações de esquerda do país. Dentro do centro, eram designados oficiais para realizar estudos sobre movimentos de esquerda, e cada um se especializa em determinada organização política<sup>29</sup>, chegando a conhecer até as divergências internas de determinadas organizações, o que pode ser comprovado pela documentação produzida pelo órgão, que coletamos no acervo do DOPS/MG, disponibilizada no APM.

---

<sup>27</sup> ANTUNES. 2002: p. 65

<sup>28</sup> Fiúza de Castro in: D'ARAUJO. 1994: p.54.

<sup>29</sup> ANTUNES. 2002: p.67.

O CENIMAR era formado ainda, de acordo com Antunes, por uma maioria de civis e apenas seis oficiais. A justificativa para a maioria de civis era de que os oficiais precisavam cuidar da carreira, e a permanência longa neste centro poderia causar obstruções em relação a isto, o que acabava fazendo com que servir no CENIMAR não fosse uma posição cobiçada. E, além disso, havia rotatividade de funcionários, com objetivo de evitar que alguém se apropriasse do serviço de forma indevida<sup>30</sup>.

A partir de 1968 com o aumento das ações da esquerda armada, o CENIMAR teve sua estrutura redimensionada novamente, desta vez para atuar na repressão contra as organizações armadas de esquerda. Tornou-se então um órgão misto, de informações e segurança, assumindo um caráter de polícia política. Em 1971, mais uma mudança ocorre: passa a ter um maior grau de autonomia, ficando subordinado ao Ministério da Marinha. Além de produzir informações de interesse do Ministério, realizaria operações sigilosas dentro do campo de ação do mesmo, que incluía vigilância e patrulhamento político dos movimentos considerados “subversivos” e manteria uma ativa colaboração com organismos policiais em todo o país.

A propósito o título deste artigo foi extraído de um carimbo dos documentos produzidos pelo CENIMAR, que fazem questão de mostrar seu comprometimento com o regime: “nossa vigilância é a sua segurança” e “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a democracia no Brasil”, estão em quase todos os documentos que tivemos acesso.

### **O intercambio de informações**

Antes de discutirmos propriamente a circulação das informações entre o CENIMAR e o DOPS/MG, consideremos algumas questões de cunho teórico. A ideologia oficial do regime de 1964 era a Doutrina de Segurança Nacional que de uma forma mais simplificada pode ser traduzida no binômio segurança e

---

<sup>30</sup> ANTUNES. 2002: 63, 64

desenvolvimento. Essa doutrina apresenta todo um conjunto de pressupostos para serem implementados nas diversas instancias do Estado e da sociedade, do político ao psicossocial. Entretanto, as mudanças sociais são vistas através do prisma belicista da Guerra Fria, onde os movimentos reivindicatórios são encarados como possíveis agentes do “processo subversivo”, que progressivamente vai tomando vulto até constituir-se em uma força armada (guerrilha urbana ou rural), que tem como objetivo a conquista do poder e a “subversão da ordem”<sup>31</sup>.

Em relação às forças coercitivas, que são apêndices do aparelho estatal, Althusser faz uma distinção entre *Aparelho ideológico* e *aparelho repressivo de Estado*. No primeiro, no nosso caso, a estratégia “anti-subversiva” contida na Doutrina de Segurança Nacional, é fruto dos estrategistas militares da Escola Superior de Guerra, que neste caso seria o *Aparelho ideológico* do Estado que funciona através da ideologia. Quanto aos *Aparelhos repressivos*, são consumidores desta ideologia, funcionando secundariamente por meio desta e predominantemente pela repressão, inclusive física. É onde se enquadram as forças coercitivas do regime militar. De modo geral, a ideologia funciona como uma espécie de combustível, que movimenta as engrenagens do aparelho estatal, inclusive seu braço armado<sup>32</sup>. Sobre a atividade policial Foucault assinala:

Mas se a polícia como instituição foi organizada sob a forma de um aparelho de Estado, e se foi mesmo diretamente ligada ao centro da soberania política, o tipo de poder que exerce, os mecanismos que põe em funcionamento e os elementos aos quais se aplicam são específicos. É um aparelho que deve ser coextensivo ao corpo social inteiro, e não só pelos limites extremos que atinge, mas também pela minúcia de detalhes de que se encarrega. O poder policial deve-se exercer “sobre tudo”: não é, entretanto a totalidade do Estado (...) é a massa dos acontecimentos, das ações dos comportamentos, das opiniões – “tudo que acontece”; o objeto da polícia são essa “coisas de todo instante”. (...) E para exercer, esse poder deve adquirir o instrumento para uma vigilância permanente, exaustiva, onipresente, capaz de tornar tudo visível, mas com um

---

<sup>31</sup> Com relação à Doutrina de Segurança Nacional, existe vasta bibliografia sobre o assunto. Um trabalho clássico sobre o assunto é o livro de ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964-1984*. Ver também o *Manual Básico da Escola Superior de Guerra 1977-1978*.

<sup>32</sup> Ver ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 1983: p.67-70.

olhar sem rosto que transforme todo o corpo social em um campo de percepção: milhares de olhos postados em toda parte, atenções móveis e sempre alerta, uma longa rede hierarquizada. (FOUCAULT: 1997: 176.)

Sendo assim, a ideologia da Segurança Nacional fornece todas as justificativas para a manutenção de um Estado militarizado, que fará o policiamento político da sociedade, estruturado com base em uma ideologia anti-subversiva, que repousa no conceito de guerra permanente entre comunismo e capitalismo, e tem como objetivo a neutralização e o controle dos “inimigos internos”. Alfred Stepan<sup>33</sup> aponta que nenhum outro país do Cone Sul tinha um sistema de informações mais complexo e detalhado que o da Comunidade de Informações do Brasil. Fruto da confrontação bipolar da Guerra Fria, a ideologia da Segurança Nacional produziu representações originárias do anticomunismo, que contribuíram para a legitimação de determinada ordem política e acabaram produzindo mecanismos de controle político e social, gerando o terror de estado. Segundo Baczko:

Conjugando-se com a imagem do inimigo, tal terror produz sentimentos exagerados de insegurança, impotência e suspeita que impregnam toda vida cotidiana. Sobe a vaga do pânico, denuncia, hipocrisia e intriga, ninguém podia confiar no seu semelhante nem obter a garantia de proteção por parte de qualquer instituição ou indivíduo com quem até então teve contato. (BACZKO. *Imaginação Social*, 1985: p.329).

O CENIMAR possuía, conforme discutimos no último tópico, toda uma rede de informações estruturada. De acordo com a documentação que coletamos no APM, e a bibliografia que utilizamos, as informações produzidas pelo CENIMAR eram remetidas a todas as secretarias de segurança pública estaduais, comandos militares, e chegavam até as agências regionais do SNI, e, em alguns casos, até a chefia deste último. Teoricamente o CENIMAR, por ser um órgão do campo de atuação do Ministério de Marinha, como já indicamos, não tinha obrigações diante do SISSEGIN. Entretanto, de acordo com a documentação que temos, e com a bibliografia consultada, existia uma

---

<sup>33</sup> STEPAN, Alfred. *Repensando a los militares en política*. 1988: p.32.

conexão entre o SISSEGIN e o Sistema Nacional de Informações (SISNI) que, juntos, compunham a enorme estrutura da Comunidade de Informações. Essa conexão com o SISNI se dava por meio dos DOPS estaduais, e por meio dos CODIs e dos DOIs.

A interconexão CENIMAR e DOPS/MG e, conseqüentemente, com o sistema DOI-CODI não só de Minas Gerais, mas de todo país, se dava forma lateral com outras seções da Comunidade de Informações. Os exemplos deste intercâmbio de informações podem ser constatados na documentação remetida pelo CENIMAR ao DOPS, a exemplo da citação da carta de posse de um novo diretor endereçada ao delegado chefe do DOPS/MG David Hazan, da qual reproduzimos um trecho no início deste artigo. Uma informação datada de 11 de dezembro de 1969 traz dois militantes do movimento estudantil presos no congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE) em Ibiúna no ano de 1968. Ambos utilizavam nomes falsos. Tratava-se de José Jarbas Saraiva Cerqueira e de José Luiz Moreira Guedes, este último, ex-presidente da UNE. De acordo com a informação, teriam “despistado” seus captores ao serem reconduzidos a Minas Gerais, e retornado à militância clandestina. O CENIMAR provavelmente os identificou e remeteu a informação ao DOPS mineiro, e às secretarias de segurança pública de outros catorze estados. Sobre os antecedentes de José Luiz Moreira Guedes:

Agitador profissional, ex-presidente da UNE. Ligado ao movimento armado que tem sede em Havana e que orienta o trabalho de **guerrilhas no Brasil**. Indiciado em vários processos e com prisão preventiva. Procurado por todos os órgãos policiais do Brasil. (APM - Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 67. Informação Nº 1101 de 11-12-1969).

Com relação à ligação de militantes de esquerda com Cuba, a preocupação dos órgãos de informações e segurança é evidente em vários documentos. Diversas organizações de guerrilha urbana brasileiras realizariam treinamentos guerrilheiros na ilha de Fidel Castro, objetivando a implantação de focos guerrilheiros no interior do Brasil. Vários documentos de organizações clandestinas de esquerda, apreendidos pelas forças de segurança, e diversos Inquéritos Policiais Militares (IPM) instaurados para investigar as atividades de

tais organizações mostram que a implantação de guerrilhas no interior do país era seu principal objetivo. Os assaltos a banco nos grandes centros urbanos eram usados para obter recursos para este fim. Porém, nenhuma organização de guerrilha urbana conseguiu estruturar a tão sonhada base rural; para isso seria necessário um apoio expressivo da população do interior.

Em 28 de dezembro de 1970 chegava uma informação com duas palavras em destaque *confidencial – urgente*; tratava-se de um curso de treinamento guerrilheiro em Cuba, com duração de seis meses, no período de julho de 1969 a janeiro de 1970, dado a vinte e cinco militantes da Ação Libertadora Nacional (ALN). As informações contidas neste documento impressionam pela riqueza de detalhes em torno do treinamento, da descrição física das pessoas e do itinerário dos guerrilheiros e, até, do local de hospedagem. Segundo os analistas de informações do CENIMAR, “é o principal curso dado para elementos subversivos da América do Sul<sup>34</sup>”. O treinamento se daria da seguinte forma:

Este curso é dividido em duas partes: a primeira, com duração de 10 semanas, é o de guerrilha rural, ministrado em Havana, na serra do Escambray, sendo o currículo constituído de: explosivos (fabricação caseira), montagem e desmontagem de armas (fuzil FAL e submetralhadora UZI), sabotagem, vida clandestina nas cidades e ações urbanas; a segunda, com duração cerca de 15 semanas, ministrada em Piñar del Rio – Serra Cruzare, constando de ordem unida (escaladas, marchas e camuflagem)- técnicas de guerrilha e tiro. (APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 47. Informação Nº 0632 de 28-09-1970).

Este documento de sete páginas traz ainda os nomes e codinomes dos guerrilheiros. Chama a atenção a precisão das informações. Haveria agentes do sistema de segurança infiltrados nesta e outras organizações armadas? Algum militante preso debilitado pela tortura teria fornecido as informações? A movimentação desse grupo de pessoas teria sido relatada aos órgãos

---

<sup>34</sup> APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 47. Segundo Denise Rollemberg, a ALN foi a organização que mais enviou militantes para o treinamento em Cuba. Ver ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*, p.22-27. Disponível em: <http://www.gladiador.historia.uff.br> . Acesso em: 14 de maio 2007.

repressivos brasileiros pelos serviços secretos de outros países? Todas estas hipóteses são possíveis. Militantes sucumbidos pela tortura em alguns casos delataram colegas, os centros repressivos freqüentemente conseguiam infiltrar agentes em organizações de esquerda, sindicatos, no movimento estudantil e, às vezes “virar” alguns militantes, isto no jargão da Comunidade de Informações, é quando passavam a colaborar com as forças repressivas. Existem evidências de que o CIE recebia da *Central Intelligence Agency* (CIA) relatórios de um instrutor de guerrilhas baseado em Cuba. Ele repassava os nomes, codinomes e atividades dos brasileiros que treinava<sup>35</sup>. É bastante provável que o CIE tenha repassado estas informações ao CENIMAR. Informações precisas sobre a cooperação de agentes estrangeiros com os órgãos de informações e segurança da ditadura brasileira são bastante difíceis de obter, constituindo uma lacuna ainda a ser preenchida.

Após o treinamento, os guerrilheiros da ALN retornariam ao Brasil, seguindo um esquema indicado pela organização. Cada elemento sairia de Cuba separadamente uns dos outros, levariam o documento original sob o qual viajou para a Ilha, juntamente com um documento falso e mil dólares. O vôo de volta faria o seguinte trajeto: iria até Praga, depois Zurick, Milão e Santiago. No Chile o esquema para retorno ao Brasil passaria a ser livre<sup>36</sup>.

Com relação às vinte cinco pessoas listadas, quatro foram mortos entre 1971 e 1973: Alex de Paula Xavier Pereira, Antonio Carlos Bicalho Lana, José Julio de Araújo e Iuri Xavier Pereira<sup>37</sup>. Sobre dez delas há fotografias e descrições precisas acerca de sua militância. Reproduziremos aqui um trecho de uma destas descrições, que traduz bem o trabalho realizado:

“GOMES” – Pernambucano, foi marinheiro, pertenceu ao partidão tendo acesso ao comitê central e contato com os maiores do PCB, fez curso de política na

---

<sup>35</sup> Fiúza de Castro in: D'ARAUJO. 1994: p.56. Ver também *Relatório 674*, de 1972, do CIE, em *Jornal do Brasil* de 11 de julho de 1993.

<sup>36</sup> *Informação Nº 0632* de 28-09-1970. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 51.

<sup>37</sup> Para as circunstâncias das mortes ver: MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*.

União Soviética, tinha quando membro do PCB codinome de “DAVI”, já no Brasil, no nordeste, devendo ser o coordenador da área, tendo chegado A CUBA no começo de 1969 e regressado ao Brasil em junho do ano corrente, cor mulata, quase preta, altura 1,70 aproximadamente aparentando 27 anos, magro, porém forte, cabelo pixaim, rosto arredondado, tipo de pessoa de cor, usando óculos. (Informação Nº 0632 de 28-09-1970. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 51).

Ainda em relação ao treinamento de organizações armadas de esquerda em Cuba, uma informação datada em 3-08-1971, trazia identificados oito ex-militares da Marinha que teriam feito o treinamento guerrilheiro na Ilha. No documento está especificado que nenhuma destas pessoas ainda tinha sido incorporada em qualquer organização; o objetivo desta informação, disseminada nos DOPS de vários estados, era evitar que tais indivíduos pudessem futuramente conseguir identidades falsas<sup>38</sup>, embrenhar-se na vida clandestina ou entrar em algum movimento armado.

Em fins de 1970 uma operação da polícia paulista levou à prisão e posteriormente à morte Joaquim Câmara Ferreira (*Toledo*), sucessor de Carlos Marighella na direção da ALN. Essa operação resultou na prisão de vários membros daquela organização, entre eles José da Silva Tavares, que passou a colaborar com a repressão<sup>39</sup>. No *aparelho* (esconderijos utilizados pelas organizações armadas) de Câmara Ferreira, foi encontrado um conjunto de documentos, anotações, nomes e endereços que resultaram numa série de prisões, entre elas um endereço em Belo Horizonte: Irene Taitson, rua Joaquim Silvério 163 – Coração Eucarístico. No documento está especificado em letra manuscrita que “o assunto foi encaminhado para o NuCODI/BH<sup>40</sup>, para providencia<sup>41</sup>”. Ainda foi encontrado um documento desta organização

---

<sup>38</sup> Informação Nº 0545 de 3-08-1971. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 29.

<sup>39</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*, 1998: p.218.

<sup>40</sup> Com a implantação do SISSEGIN em 1970, foi montado inicialmente em Belo Horizonte um Núcleo- CODI/BH, no ano seguinte é efetivamente estabelecido o CODI e o DOI.

<sup>41</sup> *Informação Nº 0885* de 27-11-1970. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 38.

contendo um relatório sobre as articulações regionais da ALN<sup>42</sup>, onde há uma autocrítica da organização sobre suas últimas ações, o que acabou evidenciando os pontos fracos para uma repressão cada vez mais implacável.

Interrogatórios de presos políticos realizados por outras unidades militares e em diferentes lugares, eram repassados ao CENIMAR e, de acordo com os interesses de outros órgãos repressivos, ou se fosse requisitado, a informação era repassada ao órgão correspondente. Em agosto de 1971 o CENIMAR transmitiu ao DOPS/MG, uma cópia do interrogatório de Guido de Souza Rocha feito no DOI de São Paulo. O documento, com um carimbo da seção de operações do CODI do II Exército, traz a trajetória do militante.

Guido Rocha havia estudado sociologia e política na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais em 1960, fez parte da Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP), no segundo ano do curso dava aulas para operários junto a sindicatos em Belo Horizonte. No início da década de 1960 exerceu diversas atividades políticas, militou nas Ligas Camponesas na cidade de Três Marias, em Goiás chegou a trabalhar com governador Mauro Borges. Participou do IV congresso da POLOP numa praia do litoral paulista em 1967. Esse congresso teve a duração de uma semana e contou com a presença da atual ministra-chefe da Casa Civil do governo Lula, Dilma Rousseff, na época *Dilminha* e *Luiza*. Nesse congresso houve uma cisão na POLOP em grupo ligado à direção nacional e outro reunindo várias dissidências regionais que no mesmo ano daria origem ao Comando de Libertação Nacional (COLINA) ao Partido Operário Comunista (POC) e à VAR-Palmares. De princípios de 1969 até novembro do ano seguinte morou no então Estado da Guanabara, atual Rio de Janeiro, indo logo em seguida para São Paulo.

Em 1971 resolve deixar o país e ir para o Chile. Saiu do Brasil em direção a Bolívia, onde o general Juan José Torres presidia um governo nacionalista

---

<sup>42</sup> Informação Nº 0775 de 4-11-1970. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagens 44, 45,46.

assentado em bases populares. No mesmo ano Torres é derrubado por um golpe de estado dirigido pelo general Hugo Banzer, que colocou a Bolívia no bloco das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul. Guido acabou preso em quartel do Exército boliviano por dez dias, sendo logo em seguida extraditado para o Brasil. No Brasil acabou ficando preso na carceragem do DOI de São Paulo, onde testemunhou a tortura de vários presos políticos e a morte de um companheiro de cela<sup>43</sup>.

Toda a informação produzida no seio da Comunidade de Informações, que chegava ao CENIMAR, era compartilhada com outros órgãos que compunham o SISSEGIN, isso ocorria por meio dos DOPS nos estados. Mais um exemplo deste intercâmbio: No dia 24 de setembro de 1971, três guerrilheiros da ALN morreriam em um suposto tiroteio em São Paulo com a polícia<sup>44</sup>, entre eles estava Eduardo Antonio da Fonseca, que participou de algumas ações armadas em Belo Horizonte. A informação obtida pelo CENIMAR não informa a origem da informação, mas foi repassada ao DOPS/MG. Todo indica que isto se deveu ao fato de um dos mortos ser procurado pelos órgãos repressivos em Belo Horizonte.

### **Considerações finais**

O objetivo deste trabalho foi discutir não apenas o intercâmbio de informações entre o CENIMAR e o DOPS/MG – e, mostrar a relação com outros órgãos da Comunidade de Informações – como também investigar o que os documentos produzidos pelo CENIMAR poderiam revelar sobre a seção de informações caracterizada como a mais fechada da ditadura militar. Algumas destas informações, embora não precisamente tenham sido produzidas pelo CENIMAR, mas por outras seções da Comunidade de Informações, contribuem também para a elucidação das atividades deste centro repressivo pelo fato de virem de uma extensa rede de informações.

---

<sup>43</sup> Com base na *Informação Nº 0557* de 9-08-1971. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagens 23, 24, 25, 27 e 28 e MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar*. 1999: p.513.

<sup>44</sup> *Informação Nº 0712* de 13-10-1971. APM – Fundo DOPS/MG, Rolo 050, Pasta 4024, Imagem 22.

Conforme mostramos no texto, o CENIMAR foi concebido, de início, como um órgão de informações voltado para as questões internas da Marinha e subordinado ao EMA. Com o passar do tempo, teve sua estrutura redimensionada diversas vezes. Já no período pré-golpe de 1964 transmitia informações, pedia buscas e informes. A partir de 1968 passa a atuar no campo da segurança interna, no combate às guerrilhas de esquerda. Antes, porém, conforme mencionamos no início deste trabalho, produzia informações e trocava informes com as delegacias de polícia regionais em torno das atividades dos partidos de esquerda.

Com a expansão da Comunidade de Informações durante a ditadura militar, e a criação do SISNI e do SISSEGIN, passa a haver uma maior circulação de informações entre os aparelhos repressivos. O CENIMAR, embora subordinado ao EMA e posteriormente ao Ministério da Marinha, formalmente não tinha obrigações com o SISSEGIN, porém, a partir de 1971, passa a ser subordinado ao Ministério com objetivo de intensificar o combate aos grupos da esquerda armada, obtendo maior grau autonomia. Como já possuía toda uma rede de informações ligada aos DOPS de vários estados, a cooperação e intercâmbio de informações com outros órgãos da Comunidade de Informações foram intensificados, com o propósito de desarticular os movimentos de esquerda.

A circulação de informações entre o CENIMAR e o DOPS/MG e, paralelamente, com outros órgãos que compunham o sistema de informações e segurança interna, estruturou-se em forma de uma “violência organizada”, onde um Estado, em uma ordem política de exceção, faz uso do arbítrio e de mecanismos coercitivos legais para neutralizar a oposição interna. Para isso, os aparelhos coercitivos do Estado sofreram redimensionamentos e adotaram novas concepções doutrinárias que direcionaram o aparato de segurança estatal para o policiamento político da sociedade. Para isso tais órgãos lançaram mão de medidas ilegais como espionagem, prisões extrajudiciais, tortura e assassinatos.

Com a estruturação do SISSEGIN no início da década de 1970, e com a direção do Exército no comando das atividades de repressão política, houve uma espécie de policialização das Forças Armadas. Esse esforço conjunto contra a “subversão” acabou gerando um arcabouço burocrático onde um órgão como o CENIMAR pode estabelecer uma rede de informações com as polícias estaduais. De certa forma, estabeleceu-se uma conexão entre o SISNI e o SISSEGIN, conexão essa que compunha o enorme aparato de segurança brasileiro conhecido como Comunidade de Informações, responsável em grande medida pelas arbitrariedades da ditadura militar.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. *SNI & ABIN: uma leitura dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX*. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ASSUNÇÃO, Rosangela Pereira de. *DOPS/MG: imaginário anticomunista e policiamento político*. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG-FAFICH junho 2006.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*, Enciclopédia Einaudi, vol 5 Antrophos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

CHAUVEAU, Agnès. TÉTART, Philippe. *Questões para a história do presente*. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

D'ARAUJO, Maria Celina. CASTRO, Celso. SOARES, Gláucio Ary Dillon. *Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994

\_\_\_\_\_. *A volta aos quartéis: a memória militar sobre a abertura*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

ESG. *Manual básico da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG, 1977-1978.

FICO, Carlos. *Como eles agiam, os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

FOUCAULT, Michael. *Vigiar e Punir: o nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 1997.

GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1998.

MIRANDA, Nilmário. TIBÚRCIO, Carlos. *Dos filhos deste solo – mortos e desaparecidos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. Fundação Perseu-Abramo e Boitempo Editorial, São Paulo: 1999.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Disponível em: <http://www.gladiador.historia.uff.br>. Acesso em: 14-05-2007.

STEPAN, Alfred. *Repensando a los militares en política*. Buenos Aires: Planeta: 1988.

USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A Verdade Sufocada*. Brasília: Ser, 2006.

\_\_\_\_\_. *Rompendo o silêncio*. Brasília: Editerra, 1987.